

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2019 (Do Sr. Jorge Solla)

Requer a realização de audiência pública para discutir o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), na Bahia e Sergipe.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater o fechamento de unidades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), na Bahia e em Sergipe.

Proponho que esta Comissão ouça os seguintes convidados:

- Petrobras – representante;
- Ministério de Minas e Energia - representante;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - representante;
- Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC) – representante;
- FUP (Federação Única dos Petroleiros) – representante;
- Representante do Governo da Bahia;
- Representante do Governo do Sergipe.

JUSTIFICAÇÃO

O que nos motiva a requerer essa Audiência Pública é a decisão da Petrobras de fechar suas unidades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados

(FAFEN) localizadas em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE). A estatal manteria apenas a unidade fabril em Araucária (PR).

Fundada em 1971, a FAFEN-BA se estabeleceu como responsável por produzir diversos produtos, entre eles a amônia, que é um derivado do gás natural, empregado na produção de outros bens como ureia, sulfato de amônio e nitrato de amônio que são fertilizantes nitrogenados. Os insumos fabricados são utilizados na indústria de alimentos, produção de cosméticos, indústria farmacêutica, produtos de limpeza, alimentação de animais, fabricação de resinas sintéticas, plásticos, entre outros.

A FAFEN-SE entrou em operação em outubro de 1982 e, assim como na Bahia, o anúncio do fechamento da fábrica provocou uma série de protestos. Cerca de 1.500 postos de trabalho direto podem acabar, e mais 5 mil empregos indiretos.

O fechamento das unidades foi anunciado pela Petrobras em março de 2018, alegando “a persistência de significativos prejuízos”. No início desse ano, a empresa colocou as unidades da FAFEN em processo de “hibernação” na produção de ureia e abriu processo licitatório para arrendamento futuro dessas unidades fabris.

No entanto, a iniciativa de hibernar traz prejuízo às fábricas, já que a Petrobras não quer investir na troca de catalisador saturado em Camaçari-BA, nem nas bombas 101 de Laranjeiras-SE. Sem manutenção, as plantas não produzem, gerando prejuízo. O passo dado hoje pela Petrobrás pode marcar o início de um período bastante preocupante, não só para a força de trabalho das FAFENs, mas para toda cadeia produtiva da região, além de comprometer a soberania nacional e a segurança alimentar do povo brasileiro, como alertou o Sindicato dos Petroleiros da Bahia – Sindipetro.

A saída da Petrobrás do segmento de fertilizantes também coloca o país na direção contrária de outras grandes nações agrícolas, cujos mercados de fertilizantes estão em expansão. Especialistas do setor têm ressaltado que a demanda global de fertilizantes deve elevar em até 15% os preços do produto. A Petrobrás é a grande produtora nacional de gás natural e, estrategicamente, deveria manter suas operações e investimentos no setor de fertilizantes nitrogenados para garantir o abastecimento e a estabilidade dos preços. O abandono do segmento de fertilizantes impacta diretamente a cadeia produtiva do setor agrícola, tornando o país dependente dos preços internacionais.

Se as FAFENs forem fechadas, a Petrobras deixará de ter o controle de uma produção de 3.100 toneladas por dia de fertilizantes, que passará para as mãos de empresas privadas. Também serão arrendados os terminais marítimos no Porto de Aratu (BA), com capacidade de armazenagem e carregamento de 50 mil toneladas dos produtos. Os números representam 30%

de toda a produção brasileira. O país é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e, hoje, importa mais de 75% do que utiliza.

Importante registrar que além da demissão direta de 750 petroleiros (no caso da Bahia), os trabalhadores e trabalhadoras de outras empresas do Polo Petroquímico de Camaçari também correm o risco de perder o emprego, já que a FAFEN é responsável por fornecer insumos para as diversas empresas que compõem a cadeia produtiva da região. É o caso da empresa Carbonor S.A., situada no Polo Petroquímico de Camaçari e única detentora de tecnologia de produção de bicarbonato de sódio para uso farmacêutico, em especial para hemodiálise, que utiliza dióxido de carbono (CO₂) na forma gasosa recebido por tubo via FAFEN. Além da Carbonor, outras empresas, como Oxiteno, Acrinor, Proquigel, IPC do Nordeste, PVC, e White Martins, também podem ser prejudicadas com a decisão.

O quadro é bastante preocupante e merece ser debatido pelos membros dessa Comissão, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2019.

Deputado **JORGE SOLLA**